

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Edson Ezequiel Battiston
CONTABILIDADE

Juliano Meneguzzi
CONTROLE INTERNO

Airton Luiz Cauduro
VICE- PREFEITO

Janete Paravizi Bianchin
PREFEITA

Apresentação do Município



Centro Administrativo do Município de Arvoredo

Na década de 40, os “tropeiros” que conduziam gado e mercadorias do Noroeste do Rio Grande do Sul para o Sudoeste do Paraná passavam pela região Oeste de Santa Catarina e paravam para descansar em um local muito agradável cheio de árvores, com frutas, com espaço adequado para descanso do pessoal e do gado, com água abundante e de boa qualidade. A partir das costumeiras paradas dos tropeiros, deu-se início a formação do povoado ao qual deram o nome de Arvoredo, formado por cidadãos gaúchos, de origem italiana. Para o crescimento do povoado e a representatividade que os negócios ia se desenvolvendo, em 1960, a comunidade passou a categoria de distrito do Município de Seara. Graças à continuidade do seu desenvolvimento econômico e à grande distância que o separava da sede do município, Seara, o distrito de Arvoredo começou a se unir para formar a ideia da possibilidade de emancipação político administrativa, que nasceu no sentimento maior e laborioso dessa comunidade de gerir seu próprio destino. Dado que quase totalidade da população aprovou a ideia, a partir daí, dependendo apenas da homologação da Assembleia Legislativa do estado, o que parecia utopia, efetivou-se em 09 de janeiro de 1.992, através da Lei Municipal Nº 8.524 Arvoredo foi emancipado do Município Mãe Seara. O decurso de 1.992 foi marcada pela preocupação dos partidos políticos com o futuro político administrativo do Município de Arvoredo. Pensando-se no melhor para o novo município, admitiu que fosse necessário unir-se para iniciar a vida político administrativa sem desentendimento e pequena disputa política que sempre sobram após as eleições.

Dados do Município:

Prefeita: JANETE BIANCHIN

Vice prefeito: AIRTON CAUDURO

Microrregião: Microrregião do Alto Uruguai Catarinense

Aniversário: 09/01

Habitantes: 2.271
Eleitores: 2.146
IDH: 0.715
PIB: 53.488.780,00

Dados de contato:

Prefeitura de Arvoredo

Endereço: Rua Comércio, 183 – Centro
CEP: 89.778-000
Telefone: (49) 3356 3000
Fax: (49) 3356 3002
E-mail: prefeitura@arvoredo.sc.gov.br
Site: <http://www.arvoredo.sc.gov.br/>

PODER LEGISLATIVO:



Endereço: Rua do Salto, 151, Centro - Arvoredo - SC
CEP: 89778-000
Telefone: (49) 3356-0002
E-mail: camara@arvoredo.sc.gov.br

Mesa Diretora:

Presidente: Adair Pozzer
Vice- presidente: Alceu Somensi
1º Secretário: Ademir Bavaresco
2º Secretário: Domingos Battiston
Contador: Edson Ezequiel Battiston
Contole Interno: Juliano Meneguzzi

Em 2015 a câmara não erra independente estava vinculada ao município.

Fonte: www.arvoredo.sc.gov.br

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado do Município incluem os dados consolidados do Poder Executivo e Legislativo Municipal.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16).

Com o novo PCASP, em 2015, houve grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais estão consolidados considerando as operações entre órgãos e entidades, denominada de “intra”. Para fins de análise, sem considerar essas operações, é necessário excluir o grupo de contas com essa denominação.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

- Análise de quocientes**

Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Previsão inicial da receita	16.219.485,38	1
	Dotação inicial da despesa	16.219.485,38	
Quociente de execução da receita	Receita realizada	14.247.870,43	0,88
	Previsão atualizada da receita	16.219.485,38	
Quociente de desempenho da arrecadação	Receita realizada	14.247.870,43	0,88
	Previsão inicial da receita	16.219.485,38	
Quociente da execução da despesa	Despesa executada	15.138.561,82	0,84
	Dotação atualizada	18.033.617,95	
Quociente do resultado orçamentário	Receita realizada	14.247.870,43	0,94
	Despesa empenhada	15.138.561,82	
Quociente da execução orçamentária corrente	Receita orçamentária corrente	12.141.788,88	1,08
	Despesa empenhada corrente	11.220.149,92	
Quociente financeiro real da ex. orçamentária	Receita realizada	14.247.870,43	1,04
	Despesa paga	13.649.803,81	

1.2 Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante

Não houve receitas e despesas intraorçamentárias, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	2.332.599,13

1.3 Utilização do superávit financeiro, excesso de arrecadação e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário

Foram utilizados R\$ 1.407.515,83 em recursos de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais no exercício de 2015.

Foram utilizados R\$ 350.351,07 recursos de excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais no exercício de 2015.

Não foram reabertos créditos adicionais no exercício.

1.4 As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária

Não houveram atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA.

1.5 Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente

O Município transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados, no exercício seguinte.

1.6 Execução Orçamentária

A execução orçamentária trata da utilização das receitas orçamentárias arrecadadas no ano para o atendimento das despesas públicas que foram fixadas na Lei Orçamentária Anual, buscando suprir as demandas da sociedade.

A execução orçamentária demonstra os valores da arrecadação da receita e da execução da despesa empenhada em determinado período. O confronto desses valores origina o resultado orçamentário, que pode ser positivo (superávit) quando as receitas arrecadadas forem superiores às despesas empenhadas, ou negativo (déficit) quando ocorrer o inverso.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2015
RECEITAS	Valor
Previsão Inicial da Receita	16.219.485,38
Previsão Atualizada da Receita	18.033.617,95
Receita Realizada Líquida	14.247.870,43
Déficit Orçamentário	890.691,39
DESPESAS	Valor
Dotação Inicial	16.219.485,38

Créditos Adicionais	1.814.132,57
Dotação Atualizada	18.033.617,95
Despesas Empenhadas	15.138.561,82
Despesas Liquidadas	13.674.977,98
Despesa Paga	13.649.803,81
Superávit Orçamentário	0,00

Nota-se que o déficit orçamentário é coberto pela abertura de créditos adicionais com base no superávit financeiro, no montante de R\$ 1.407.515,83.

2 BALANÇO PATRIMONIAL

2.1 Análise de quocientes

Liquidez imediata	Disponibilidades	2.058.360,63	3,48
	Passivo circulante	591.871,28	
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	2.071.190,57	3,50
	Passivo circulante	591.871,28	
Liquidez Seca	Disponibilidades + Créditos a Curto Prazo	2.062.850,32	3,49
	Passivo Circulante	591.871,28	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo	2.359.437,44	3,04
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	776.483,84	
Índice de Solvência	Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante	17.559.524,69	0,04
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	776.483,84	
Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	776.483,84	0,04
	Ativo Total	17.559.524,69	
Composição do Endividamento	Passivo Circulante	591.871,28	0,76
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	776.483,84	

A Liquidez Imediata indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos, no caso do Município é de 3,48.

A Liquidez Corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.), no caso do Município é de 3,50.

A Liquidez Seca demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo, no caso do Município é de 3,49.

A Liquidez Geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos, no caso do Município é de 3,04.

O Índice de Solvência. Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro. No caso do Município é de 22,61.

O Endividamento Geral demonstra o grau de endividamento da entidade. Reflete também a sua estrutura de capital. No caso do Município é de 0,04.

A Composição do Endividamento representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo. No caso do Município é de 0,76.

2.2 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Conta	Descrição	Valor
1.1.1.1.1.01.00.01	Caixa	0,00
1.1.1.1.1.19.xx	Banco conta movimento e vinculada	1.947.671,19
1.1.1.1.1.50.xx	Aplicação financeira	0,00
Total		1.947.671,19

2.3 Créditos

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

a) Direitos, créditos e valores a curto prazo

Conta	Descrição	Valor
1.1.2.1.1.xx	Créditos tributários a receber	4.489,69
1.1.2.5.1.xx	Dívida ativa Tributária	0,00
1.1.2.6.1.xx	Dívida ativa não tributária	0,00
1.1.3.1.1.02	Suprimento de fundos	0,00
1.1.3.8.1.28.xx	Outros Créditos a receber	0,00
1.1.9.xx	Variações patrimoniais pagas antecipadamente	7.743,42
Total		12.233,11

As contas relacionadas acima podem estar com saldo zerado, porém foram movimentadas durante o exercício de 2015.

b) Direitos, créditos e valores em longo prazo

Conta	Descrição	Valor
1.2.1.1.1.03.xx	Empréstimos concedidos a receber	60.002,86
1.2.1.1.1.04.xx	Dívida ativa Tributária	28.237,13
1.2.1.1.1.05.xx	Dívida ativa não tributária	200.006,88
Total		288.246,87

Observa-se que 69% dos créditos em longo prazo referem-se a dívida ativa não tributária, e 21% empréstimos concedidos a receber.

2.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor. O custo de estoques abrange todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção.

Nos casos em que o estoque for distribuído gratuitamente, os estoques são valorados a custo.

O Município de Arvoredo começou a implantação de estoque no ano de 2016.

2.5 Investimentos Permanentes

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

O Município de Arvoredo não possui investimentos permanentes.

2.6 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O Município de Arvoredo possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

O Município de Arvoredo não obteve ativos do imobilizado obtidos a título gratuito. Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

a) Formação de comissão do patrimônio

Por meio do Decreto nº 1.718, de 20 de outubro de 2014, foi criada comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial da Prefeitura Municipal de Arvoredo.

b) Reconhecimento dos ativos



Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros

contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado pela Prefeitura Municipal de Arvoredo, SC.

c) Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, a Prefeitura Municipal de Arvoredo, SC, adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição. A pesquisa de mercado encontra-se em poder do setor de patrimônio.

d) Depreciação



Vale destacar que a administração pública municipal não praticava até o exercício de 2015 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, a Prefeitura Municipal de Arvoredo, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Segue tabela de depreciação do Município de Arvoredo, válida a partir do exercício de 2015:

MÁSCARA	DESCRIÇÃO DA CONTA	VIDA ÚTIL ECON.	VLR RESIDUAL
1.2.3.1.1.01.00	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	10	5
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	5	5
1.2.3.1.1.01.03	APAR., EQUIP. UTENS. MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES.	10	5
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	8	2
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	5
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	15	20
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	20
1.2.3.1.1.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA.	10	20
1.2.3.1.1.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	5
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS.	8	5
1.2.3.1.1.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	5	5
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	10
1.2.3.1.1.01.19	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS.	10	20
1.2.3.1.1.01.20	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS.	20	30
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS.	10	10
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA		
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	5
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5	5
1.2.3.1.1.02.03	SISTEMAS APLICATIVOS - SOFTWARES	5	5
1.2.3.1.1.03.00	MÓVEIS E UTENSÍLIOS		
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	8	5
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	5
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10
1.2.3.1.1.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL	10	10
1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		
1.2.3.1.1.04.01	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	5	5
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	5	5
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	5
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	10	5
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	5	5
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	0	100
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	10	10
1.2.3.1.1.05.00	VEÍCULOS		
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	8	20

1.2.3.1.1.08.00	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO		
1.2.3.1.1.08.05	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	0	5
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMÓVEIS		
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO		
1.2.3.2.1.01.00	BENS DE USO ESPECIAL		
1.2.3.2.1.01.03	EDIFÍCIOS	35	50

e) Redução do valor recuperável (impairment)

O Município de Arvoredo adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

f) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio do Município de Arvoredo, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2015:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO 31/12/2015
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	1.750,00
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	6.580,00
123110106	APARELHOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20.585,84
123110107	APARELHOS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	22.495,00
123110109	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	13.560,44
123110119	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUARIOS	3.593.477,00
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	880,00
123110199	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	79.857,00
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	119.656,00
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	27.186,00
123110302	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	9.410,00
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	194.489,00
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	13.830,00
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	29.145,00
123110501	VEÍCULOS EM GERAL	1.984.684,33
123210103	EDIFÍCIOS	4.098.188,31
123210104	TERRENOS/GLEBAS	3.808.608,12
1232104xx	BENS DOMINICAIS	115.696,58
1232105xx	BENS DE USO COMUM DO POVO	523.636,73
1232107xx	INSTALAÇÕES	175.000,00

123810102	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA BENS DE INFORMATICA	22.016,67
123810103	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	15.289,90
123810104	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULT. EDUCAC.	1.248,22
123810105	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	106.349,81
12380199	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	341.845,62
123810205	(-)DEPRECIACÃO ACUMULADA DE INSTALAÇÕES	2.264,73
123810299	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS	53.020,87
TOTAL		14.296.679,53

g)Intangível

O Município de Arvoredo não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

2.8 Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Saldo das obrigações para 2016:

Passivo Circulante		
2.1.1.1.1.01.03	Férias	228.163,99
2.1.2.1.1.02xx	Empréstimo Receita Federal	1.101,92
2.1.2.1.1.02xx	Empréstimo BADESC	236.666,72
2.1.3.1.1.xx	Fornecedores/contas a pagar	21.369,83
2.1.4.2.4.99	Outros tributos e contribuições estaduais a rec.	3.804,34
2.1.8.8.1.04	Valores restituíveis	481,02
Total		491.587,82

Nota-se que as férias representam a maior parte das obrigações do curto prazo. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos.

O Município de Arvoredo, registrou passivos por competência como férias e décimo terceiro, durante o exercício de 2015. As informações foram recebidas do Departamento de Recursos Humanos do Município.

A dívida com o BADESC, refere-se ao Contrato nº 2011004600, ainda restando um saldo de R\$ 411.889,00.

O Débito parcelado com financiamento Pasesp – Receita Federal , está registrado sob Contrato nº 00003426064, ainda restando um saldo de R\$ 10.492,00.

O valor a restituir do Município de Arvoredo se refere depósitos de INSS no valor de R\$ 377,94 e depósitos de ISS no valor de R\$ 103,08.

2.9 Precatórios

O Município de Arvoredo não possui precatórios registrados de pessoas físicas e fornecedores de exercícios anteriores.

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário determinando a importância em que a Fazenda Pública foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles oriundos de verbas de natureza alimentícia (Emenda Constitucional - EC nº 62/2009).

2.10 Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

3.1 Análise de quocientes

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	15.674.374,08	1,10
	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	14.269.454,31	

O Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais indica outra forma de se evidenciar o resultado patrimonial (Superávit ou Déficit Patrimonial), ou seja, para cada R\$ 1,00 de variação diminutiva, o Município obteve R\$ 1,10 de variação aumentativa.

- **Variações patrimoniais diminutivas**

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
3.1.1	Remuneração a pessoal	3.772.174,25	26,44
3.1.2	Encargos patronais	733.487,06	5,14
3.3.1	Uso de material de consumo	1.892.977,81	13,27
3.3.2	Serviços	1.406.966,20	9,86
3.3.3	Depreciação	541.829,98	3,80
3.4.1	Juros e encargos de empr. e financiamentos	9.763,75	0,07

3.5.1	Transferências intragovernamentais	2.332.599,13	16,35
3.5.2	Transferências intergovernamentais	2.238.652,65	15,69
3.5.3	Transferências a instituições privadas	470.688,00	3,30
3.5.5	Transferências a consórcios públicos	3.360,00	0,02
3.5.9	Outras transferências e delegações concedidas	16.999,51	0,12
3.6.1	Reavaliação, redução a valor recuperável	406.035,92	2,85
3.6.2	Perdas com alienação	288.093,12	2,02
3.7.2	Contribuições	131.808,45	0,92
3.9.1	Premiações	1.681,08	0,01
3.9.4	Incentivos	17.280,00	0,12
3.9.9	Diversas variações patrimoniais diminutivas	5.057,40	0,04
Total		14.269.454,31	100

O gasto com pessoal, representa 47,82% da receita corrente líquida sendo 45,95% com folha do executivo e 1,87% com folha do legislativo.

Saúde: 19,55%; Educação: 27,28 %.

O processo de depreciação iniciou em 2015, em atendimento as NBCASP.

O montante de R\$ 1.406.966,20 de serviços, refere-se a R\$ 147.253,14 serviços de pessoa física e R\$ 1.239.512,58 serviço de pessoa jurídica, como transporte, serviços médicos, hospitalares, odontológicos e laboratoriais, e outros.

Observa-se que buscando atender as NBCASP, durante o exercício de 2015, o Município passou a reconhecer, pelo princípio da competência, a receita lançada. Como o reconhecimento ocorreu durante o exercício, o sistema integrou o valor bruto da receita, foi realizado o registro proporcional de valores já recebidos até o momento, valores de Entidades Imunes, e referente o IPTU dos imóveis do Município.

• Variações patrimoniais aumentativas

Conta	Descrição	Valor	%
4.1.1	Impostos	446.195,51	2,89
4.1.2	Taxas	53.374,03	0,35
4.2.2	Contribuições de intervenção no Dom. Econom.	54.927,50	0,36
4.3.3	Exploração de bens e direitos e prestação de serviços	122.650,67	0,79
4.4.2	Juros e encargos de mora	23.231,84	0,15
4.4.5	Remuneração de dep. bancários e Aplic. financeira	160.802,92	1,04
4.5.2	Transferências intergovernamentais	12.786.348,37	82,84
4.9.7	Reversão de provisões e ajustes de perdas	472,59	0,00
4.9.9	Outras variações patrimoniais aumentativas	1.786.638,73	11,58
Total		40.472.102,54	100

Nota-se que as transferências intergovernamentais representam o maior valor entre as VPAs, 82,84%, o que torna o município refém do Governo Estadual e Federal.

Em relação às outras variações patrimoniais aumentativas, as principais movimentações da conta são:

Descrição	Valor
Reversão de provisões	472,59
Multas administrativas	6.195,47
Indenizações e restrições	3.745,46
Outras variações patrimoniais aumentativas	1.776.697,80

Observa-se também um valor na conta reversão de provisões, que se refere principalmente por ajustes na conta de despesa com pessoal apropriada por competência, por ser o primeiro ano de mudança da política contábil e registro das provisões.

Em relação à origem e ao destino dos recursos provenientes de alienação de ativos, em atendimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar 101/2000 (LRF), o Município de Arvoredo apresentou a seguinte movimentação:

Valor obtido com alienação de bens 324.900,00

Valor Investido oriundos de alienação 125.500,00

Superávit alienação 199.400,00

4 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

4.1 Análise de quocientes

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária	-890.691,39	1,60
	Varição do Saldo em Espécie	-558.163,64	
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que passa para o Exercício Seguinte	2.058.360,63	1,37
	Saldo do Exercício Anterior	1.500.196,99	

Observa-se variação de aproximadamente 1,37% no saldo em espécie, quando comparado 2014 e 2015, aumento de R\$ 558.163,64 no saldo.

As transferências intraorçamentárias representaram R\$ 2.332.599,13, envolvendo Entidades como a Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde.

A movimentação extra orçamentária Recebimentos de R\$ 2.365.925,59 referem-se à inscrição de restos a pagar e da movimentação de créditos a receber e obrigações, no curto prazo. Os Pagamentos no montante de R\$ 917.070,56, refere-se ao pagamento de restos a pagar e da movimentação de demais créditos e obrigações no curto prazo.

5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

5.1 Análise de quocientes

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	Caixa Líquido Gerado nas Operações	- 11.270.326,97	-8,79
	Resultado Patrimonial	1.282.560,01	
Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida	Caixa Líquido Gerado nas Operações	-2.055.852,26	-2,65
	Total do Passivo	776.483,84	
Quociente da Atividade Operacional	Caixa Líquido Gerado das Operações	-363.527,56	-0,65
	Total da Geração Líquida de Caixa	558.163,64	

O Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.

O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.

O Quociente da Atividade Operacional indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída as atividades operacionais.

Observa-se que o Município obteve geração de caixa das atividades operacionais da Entidade no montante de R\$ -11.270.326,97.

As atividades de investimento demonstram que houve uma redução do capital circulante líquido da Entidade, que investiu recursos líquidos de R\$ 2.021,624,45 em patrimônio imobilizado e R\$ 34.227,81 de outros desembolsos.

As atividades de financiamento obtiveram resultado negativo de R\$ 363.527,56, que se refere a pagamento de dívida.

Não houve contratação de operação de crédito no exercício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

Janete Paravizi Bianchin
PREFEITA MUNICIPAL

Edson Ezequiel Battiston
CONTADOR CRCSC 030079/O-9